

Senado aprova texto que retorna cobrança de DPVAT

Medida será usada como moeda de troca sessão de vetos

Por Gabriela Gallo

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (08), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 233/2023, de iniciativa do governo, que determina a volta da cobrança do seguro para cobrir indenizações a vítimas de acidentes de trânsito – o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), conhecido anteriormente como DPVAT. O plenário da Casa aprovou a medida com o mínimo de votos para ser aprovada, 41 votos a favoráveis, e 28 contrários. Como o texto já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e não sofreu alterações, ele segue para sanção presidencial. Inicialmente o texto seria votado nesta terça-feira (07), porém, o Senado focou em aprovar o projeto que flexibiliza os repasses de recursos para ajudar o Rio Grande do Sul (RS), que sofre com as fortes chuvas que atingem o país.

O relator do projeto foi o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), que defendeu que o a medida não se trata de um imposto, mas de um “seguro solidário”. “É um seguro solidário. O valor deve ser entre R\$ 50 e R\$ 60 por ano. É para ajudar aqueles que não conseguem um seguro privado”, disse no plenário.

A oposição do governo criticou a medida, alegando que, na prática, a medida será a cobrança de mais um tributo. O líder da oposição na Casa, senador Rogério Marinho (PL-RN), disse que o SPVAT é uma forma de aumentar impostos para a população fragilizada, acusando o seguro de ser



Wagner defende que DPVAT é um “seguro solidário”

um tipo de imposto, já que é obrigatório. Segundo Marinho, o cálculo é que o novo seguro possa render até R\$ 7 bilhões ao ano para o governo – o que serviria para ajudá-lo a fazer superávit fiscal.

“O governo pretende aumentar seus gastos em detrimento das finanças brasileiras. Isso implode a economia e aqueles que o governo quer proteger serão as vítimas”, disse Marinho.

Segundo a proposição, o SPVAT deve ser cobrado anualmente dos proprietários de automóveis e motocicletas e usado para pagar indenizações por acidentes. A Caixa Econômica Federal será a administradora do fundo desses recursos.

Vetos

A medida foi uma aposta o governo federal em conseguir negociar com o poder Legislativo, visto que, além de retomar com a cobrança obrigatória do seguro, o texto

também aumenta em R\$ 15,7 bilhões o limite para as despesas da União. A estratégia do governo é usar o valor como uma ‘moeda de troca’ para que o Congresso Nacional, na sessão conjunta marcada para esta quinta-feira (09) para avaliar os vetos presidenciais, não derube o veto presidencial de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares de comissão.

Isso porque, além de criar o SPVAT, o projeto altera o novo arcabouço fiscal. O texto antecipa em dois meses a permissão para a abertura de crédito suplementar em caso de superávit fiscal. De acordo com o relator, a mudança permitiria uma elevação de 0,8% nas despesas da União, o que vale aos R\$ 15,7 bilhões citados anteriormente.

Segundo Jaques Wagner, a aprovação da matéria permite que o valor de R\$ 3,6 bilhões seja usado para compensar o corte de emendas imposto pelo VET 4/2024.

PEC do Quinquênio

O plenário também colocou em pauta a discussão da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que cria uma parcela mensal de valorização por tempo de exercício para servidores públicos da carreira jurídica, conhecida como PEC do Quinquênio. Porém, adiou a discussão e votação da medida.

De acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a votação da PEC somente voltará à pauta para votação do Plenário depois de decisão dos líderes partidários.

“Neste atual quadro, a energia do Parlamento deve decidir sobretudo sobre medidas legislativas relativas ao estado de calamidade pública do Rio Grande do Sul. Nós ó incluiremos essa proposta de emenda depois de reunirmos os líderes. Por cautela, para que possamos tomar a melhor decisão possível em relação a alterações constitucionais”, disse Pacheco.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Pedro Vara/Agência Brasil



Ressarcimento não deverá ser imediato

Segurados têm direito a indenização, diz FenSeg

A Federação Nacional de Seguros Gerais afirma que haverá pagamento de indenizações aos proprietários que perderam seus carros na enchente gaúcha e que têm seguro total ou compreensivo. Segundo a FenSeg esse tipo de cobertura prevê o ressarcimento “em caso de alagamento parcial/total ocasionado por água doce, inclusive em sub-solos, queda de granizo e

queda de árvore”. A entidade, porém, diz que não será possível atender a todos os pedidos imediatamente, já que as consequências da chuva ainda estão presentes em boa parte do território gaúcho. Há casos de automóveis que foram engolidos pela correnteza, que estão desaparecidos ou que, neste momento, sequer podem ser levados para oficinas.

Contratos

Apesar da garantia, é importante que, na contratação de seguros, proprietários de veículos prestem atenção nas condições gerais vinculadas às apólices. Não é incomum encontrar, em meio às dezenas de páginas, restrições capazes de gerar problemas para o segurado.

‘Convulsões’

Há casos em que seguradoras não aceitam cobrir danos decorrentes de “convulsões da natureza”, salvo as expressamente previstas no contrato. Enchentes, transbordamento de rio, de riacho, de represa ou rompimento de adutora costumam ser listados entre as convulsões.

PGR se manifesta contra cassação de Sergio Moro

Por Ana Paula Marques

Após um mês do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) absorver o senador Sergio Moro (União-BR) das acusações de abuso de poder econômico durante as eleições de 2022, a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) defendeu, nesta quarta-feira (8), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a rejeição dos recursos contra a absolvição do senador na mesma ação.

O documento, assinado pelo vice-procurador-geral eleitoral Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, reconhece a inocência de Moro, e, além disso, defende que os recursos à decisão do TRE-PR, que absolveu Moro, apresentados no mês passado pelo PL e pelo PT, não devem ser aceitos pela Corte Superior, o TSE. Além de abuso do poder econômico durante a pré-campanha eleitoral de 2022, o senador também foi julgado e absolvido pela Corte Eleitoral do Paraná por caixa 2 e uso indevido dos meios de comunicação em 2022.

No documento, Espinosa, afirma que as ações de Moro estão amparadas na Lei das Eleições, que possibilita a antecipação do debate político, mesmo fora do período eleitoral e que, diante do fato de que todos os custos foram pagos pelos partidos, é necessário um “esforço argumentativo para além do razoável” para admitir uma conduta ilícita de Moro. “Também inexistente com-



Moro tem um descanso, mas decisão final será o TSE

provação de excesso ao teto de gastos na pré-campanha, inclusive se adotado o precedente de 10% do teto de campanha”. De acordo com Espinosa, o gasto da pré-campanha de Moro e seus suplentes chegou a R\$ 424.778,01, “percentual levemente abaixo de 10% do teto de gastos para o cargo de Senador no Estado do Paraná (R\$ 4.447.201,54, cujo 10% alcança a importância de R\$ 444.720,15)”.

TSE

Com a PGE jogando a seu favor e após a absolvição, Moro entra no julgamento menos pressionado, além de ainda ter um espaço para a defesa apresentar seus argumentos. Entretanto, segundo o especialista em direito eleitoral, Alberto Rollo, apesar de ser uma manifestação importante, o parecer da PGE não vincula nenhum ministro. “Os ministros do TSE têm

total liberdade para concordar com a manifestação, como também votar contrários. Então, mesmo com a manifestação, o futuro do mandato de Moro ainda é incerto”, disse.

Para o especialista, a previsão é ainda mais impossível, já que, em junho, o presidente da Corte Eleitoral, o ministro Alexandre de Moraes, deixará o cargo e em seu lugar entra o ministro André Mendonça como titular. “Teremos uma mudança na composição, então não há como prever como ficarão as forças no tribunal. Mas existe tempo suficiente para que os recursos sejam julgados ainda esse ano”, explica.

TRE-PR

Em abril, Moro foi absolvido pelo TRE-PR por 5 votos a 2, fazendo prevalecer o voto do relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, que considerou frágeis as provas da acusação e descartou a tese de que Moro gastou em excesso durante a etapa da pré-campanha na eleição de 2022.

Os únicos desembargadores que votaram pela cassação de Moro, foram os derrotados José Rodrigo Sade e Julio Jacob Junior, ambos, escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao cargo. Eles argumentaram que, mesmo desorganizadas, as provas dos adversários demonstraram que os gastos ocorridos foram, sim, excessivos.

Reprodução/Governo do RS



Eduardo Leite alterou Código Ambiental gaúcho

Governador sancionou lei que facilita barragens

Em abril, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sancionou projeto aprovado pela Assembleia Legislativa que facilita a criação de barragens e represas em propriedades particulares. O projeto, de autoria do deputado Delegado Zucco (Republicanos), permite a retenção de água até mesmo em Áreas

de Preservação Permanente (APPs). Ele alegou que a proposta permitiria que agricultores sofressem menos nas secas. O geólogo Rualdo Menegat, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, frisa que a liberação de barragens sem um plano geral de gestão tem potencial aumentar os danos das enchentes.

Rompimento

“Se houver excesso de barragens, sem adequação técnica, elas podem em uma enchente, romper-se, em vez de conter”, alerta. Em 2020, Eduardo Leite já havia sancionado 480 alterações que amenizaram exigências do Código Ambiental do Rio Grande do Sul.

Protesto

Em março, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) protestou contra a aprovação da lei que facilitou a instalação de barragens, então classificada de “antiecologica”. Criticou, principalmente, a possibilidade de criação de reservatórios em APPs.

Alerta

No último dia 26, pouco antes do início dos temporais, a Agapan enviou a Leite o documento “Alerta ao Estado do Rio Grande do Sul e ao governador do estado”. No texto, a entidade ressalta a crise climática enfrentada pelo planeta e rejeita decisões tomadas pelo governo.

Problemas

No ofício, a Agapan criticou a liberação para destruição de APPs, a falta de política de recuperação de matas ciliares (vizinhas a rios e lagos), o incentivo anacrônico à construção de polos carboquímicos e a “falta de cuidados e ingerência dos recursos hídricos”.